

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 17 de fevereiro de 2025

edição 1.734

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Presidente da EPE](#) | [Semana](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) |
[Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

EPE PREVÊ AUMENTO DE 80% NO CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA NA DÉCADA, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) estima que o consumo industrial de energia no país crescerá 80% até 2034, afirma o presidente da estatal, Thiago Prado. Segundo ele, o aumento previsto se deve "principalmente pelo surgimento das grandes cargas consumidoras", como data centers e inteligência artificial, além de projetos de hidrogênio. O consumo total do país subirá 25% no mesmo período, diz o executivo.

Em entrevista à **Agência iNFRA**, Prado disse acreditar em uma "nova onda de grandes investimentos em transmissão". Ele afirmou que a EPE tem uma carteira de estudos que manterá o cronograma de leilões de transmissão para os próximos anos, como um novo bipolo para escoamento da geração renovável no Nordeste e um sistema para atender às cargas para produção de hidrogênio, da ordem de 4 GW (gigawatts).

A estatal também aponta para a necessidade de novos certames de geração, tanto de energia nova

para atendimento da demanda crescente, como de leilões anuais de reserva de capacidade para garantir flexibilidade ao sistema. “Na medida que permanecemos agregando fontes renováveis variáveis ao nosso sistema, necessariamente também temos que caminhar com um acréscimo de potência num leilão de reserva de capacidade”, disse.

Thiago Prado ainda defendeu a conclusão de Angra 3. Ele afirmou que a decisão sobre a continuidade das obras da usina, a ser tomada na próxima terça-feira (18) pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), deve levar em conta “um olhar além do preço”.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Agência INFRA – Quais as projeções de ampliação da matriz elétrica e da demanda do SIN (Sistema Interligado Nacional) para os próximos anos?

Thiago Prado – As perspectivas são positivas. No PDE (Plano Decenal de Energia) de 2034 temos algo em torno de R\$ 3,2 trilhões de estimativa de investimentos na cadeia da energia elétrica, do setor de petróleo e gás natural, e biocombustíveis líquidos. Há uma estimativa de termos um crescimento do consumo total de energia da ordem de 25%. Isso equivale a dizer que em dez anos a gente vai crescer em cerca de 80% o consumo atual da energia do setor industrial.

Então são perspectivas de crescimento positivas e de um nível de investimentos intensivo nos próximos dez anos.

Por quais motivos vocês estimam esse aumento de consumo nos próximos dez anos?

É muito em função das discussões de transição energética, a intensidade na eletrificação de alguns segmentos e, principalmente, pelo surgimento das grandes cargas consumidoras.

Hoje temos um conjunto de projetos, por exemplo, para hidrogênio, somando algo da ordem de 50 GW de carga. E em data centers e inteligência artificial temos uma demanda estimada da ordem de 13 GW de projetos no Brasil.

Quais os principais desafios hoje para o planejamento do setor elétrico?

Eu diria que o planejamento tem muitos desafios e em diferentes frentes. A gente tem uma frente que o governo federal tem buscado avançar, que é a de pobreza energética. Nós temos um desafio de flexibilidade, não só no atendimento à ponta, mas também nas rampas (subidas do consumo), e o que fazer nos vales (queda da demanda ao longo do dia). E temos a questão do curtailment.

Em outra frente, a EPE colocou a potencialidade das usinas reversíveis como mais uma tecnologia candidata à discussão regulatória que se encontra na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) sobre armazenamento de energia.

E temos também a frente de mudanças climáticas e adaptação. Essas mudanças já chegaram e a gente precisa olhar como que a infraestrutura do futuro precisa ser concebida para estar alinhada com novos níveis de risco. Além de um olhar para a infraestrutura existente, de como trazer uma abordagem de resiliência e adaptação ao que já existe.

Como a EPE tem trabalhado para ajudar com a questão da flexibilidade do sistema?

O CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) demandou à EPE um primeiro estudo de critérios e definições sobre flexibilidade. Está previsto para ser entregue ainda neste ano e acredito que vai ajudar a pautar bastante as discussões, inclusive junto ao ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Hoje não existem regras de flexibilidade, então o estudo é para ajudar a criar parâmetros do que é a flexibilidade. Muito se fala de flexibilidade, mas não se tem isso definido no campo normativo de forma clara e balizada. A ideia é justamente trazer isso para um campo mais objetivo. Temos intensificado os diálogos, tentando uniformizar os critérios de planejamento da expansão com os critérios de planejamento da operação, para que todos esses conceitos nasçam harmoniosos e possam gerar boas decisões ao governo.

E quanto ao curtailment, o que pode ser feito do ponto de vista de planejamento para atenuar esse problema?

Temos trabalhado de forma muito próxima ao ONS para alinhar as informações dos geradores, principalmente a partir do evento que aconteceu em agosto, e ter uma base de dados mais refinada para poder revisitar os estudos de transmissão e analisar os limites de intercâmbio que estão sendo praticados hoje com o que a gente estava praticando no planejamento. A partir daí é que vamos conseguir identificar se há necessidade de ajustes na rede que eventualmente reduzam esse nível de curtailment.

E estamos buscando, além dos investimentos em expansão, trazer um nível de inovação. No início do mês, fizemos um evento na Abdib em que identificamos uma série de tecnologias que poderiam ser aplicadas no sistema, e uma delas que nos pareceu ter o resultado mais próximo se chama DLR. É uma tecnologia que passa a fazer um monitoramento em tempo real, por exemplo, dos ventos. E aí, com isso, trabalhar na temperatura dos cabos para passar mais energia nesses cabos. Assim, a gente eliminaria, por exemplo, as questões de curtailment por restrição elétrica. A EPE tem se debruçado sobre esse trabalho e em breve a gente deve estar compartilhando também com o ministério e com o ONS esses achados.

Vocês também fizeram estudos sobre Angra 3. Qual é a visão da EPE sobre a obra?

Angra 3 se encontra para deliberação pelo CNPE, prevista ainda no mês de fevereiro. A EPE fez uma análise de estudos complementares a partir dos estudos que o BNDES (Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social) trouxe. Na nossa visão, o olhar sobre Angra 3 tem que ser além do preço da energia. O empreendimento agrega uma série de outros itens que atualmente não são precificáveis e coadunam com a política nuclear brasileira e com o desenvolvimento de uma cadeia de valor do setor nuclear.

É uma energia firme. Muito se discute se polui, sobre a questão do preço comparando com outras fontes, mas esse é um recurso que é totalmente despachável, que entrega energia quando o sistema precisa e que agrega segurança.

O que vocês concluíram com esses estudos?

O que a gente viu é que essa não é uma análise econômica comum, como se costuma fazer. O processo decisório nos outros países considera outras variáveis além de uma métrica única de preço. Essas variáveis mais estratégicas que a gente buscou trazer no opinativo que foi submetido ao governo, em que a gente entende que esse é um projeto que deve continuar, por uma série de outros motivos que vão além dessa comparação simples de preço.

Quando temos esses outros elementos na base comparativa, esse valor relativo dos preços se altera. Não é uma conta justa quando a gente vê comparações de uma usina nuclear com um parque fotovoltaico, um parque eólico. Por exemplo, se você começar a comparar a energia nuclear colocando projeções de futuro do mercado de carbono, essa base relativa começa a se alterar, inclusive se a gente comparar essa usina com uma térmica a gás natural ou a óleo combustível.

Nesse ano, está prevista a realização do leilão de potência. Como está o processo para definir o montante a ser contratado? Quando deve ser divulgado?

Essa definição é uma responsabilidade compartilhada entre a EPE e o ONS. É uma nota técnica conjunta que recomenda ao MME (Ministério de Minas e Energia), um pouco antes da sessão pública, um montante a ser contratado. Ela é produzida o mais próximo possível do leilão para que possamos utilizar os dados mais atualizados disponíveis.

Mas existe algum indicativo de quanto deve ser?

As projeções da EPE constam no PDE 2034 e giram em algo entre 6 GW e 10 GW. O que a gente vê, e acho que tem um pouco a ver com a expectativa do mercado, é que não se trata de um único leilão. Esse é um leilão de 10 produtos, com uma contratação de vários anos, até 2030, se eu não me engano. Mas a gente tem identificado necessidade de acréscimo de potência até 2034, o último ano do nosso plano decenal, e a tendência é que isso continue.

Na medida que a gente atualiza o Plano Decenal, acredito que vamos só ratificar a necessidade de mais leilões de reserva de capacidade nos próximos anos. Acredito que todo ano, a princípio, a gente tenha pelo menos um leilão de reserva de capacidade a ser realizado para ir fazendo os

ajustes ao crescimento da oferta.

O que é levado em conta para calcular essa necessidade de potência?

Na medida em que permanecemos agregando fontes renováveis variáveis ao nosso sistema, necessariamente também temos que caminhar com um acréscimo de potência num leilão de reserva de capacidade para fazer vis-à-vis com esse avanço da oferta de energia variável.

A gente considera o que está saindo, o que está ingressando e também a natureza das cargas. E tem um outro aspecto importante: na medida que a gente tem cargas que são mais constantes no sistema, como por exemplo data centers e hidrogênio, que têm uma operação muito linear e mais constante, elas exigem mais do sistema no período em que você não tem sol ou muito vento. Então tem que ter uma fonte que garanta a segurança para o abastecimento dessas cargas. Isso também gera acréscimo no requisito de potência.

Também para esse ano está previsto um leilão A-5 para PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). Por que há necessidade de um leilão desse tipo para o mercado cativo? Passou a fase de sobrecontratação das distribuidoras?

Todo segundo semestre do ano, o MME faz de forma proativa um levantamento junto às distribuidoras sobre as demandas para atendimento ao crescimento dos mercados delas. Normalmente isso é algo que acontece entre setembro e outubro e dá uma sinalização para o ministério da necessidade de realizar ou não um leilão de energia nova, que pode ser um A-3, A-4, A-5, A-6 ou, eventualmente, A-7, se tivesse uma usina hidrelétrica de concessão a ser licitada. Eles olham essas projeções de demanda e, se houver pelo menos uma distribuidora com demanda a ser contratada para atender o crescimento desse mercado, o ministério se vê obrigado a desenvolver um leilão de energia nova.

A gente encerrou o cadastramento no dia 7 de fevereiro com um recorde de 225 projetos de PCHs e CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas). É a maior oferta que já tivemos para essa fonte em relação aos certames anteriores. O que é bom, pois significa que haverá competição e isso se traduz em preço.

E por que contratar apenas PCHs nesse leilão?

Nós produzimos dentro do Plano Decenal uma cesta de ofertas. Temos um modelo de decisão de investimento e indicamos ali um conjunto de fontes que atendam aquele mix de renovabilidade da matriz. E uma das fontes candidatas que se encontra lá são as PCHs. E quem decide é o ministério, que é o grande maestro que tenta fazer com que aquele mix de fontes permaneça de forma equilibrada para manter a nossa matriz não dependente de um ou dois recursos para termos uma expansão diversificada, diluindo os riscos.

Ainda sobre leilões, o que está em estudo para a transmissão?

A gente encaminha para o ministério todo o ano uma programação de estudos, de planejamento da transmissão, e temos sim perspectivas de manter o cronograma de leilões de transmissão para os próximos anos, porque a gente tem projetos a serem licitados. Acredito que vai ter uma nova onda de grandes investimentos na transmissão. Temos estudos muito sensíveis em produção aqui dentro da EPE, por exemplo um reforço para Manaus, para dar mais confiabilidade, e um segundo reforço para Boa Vista, que vai se encadear com o resultado desse estudo de planejamento para Manaus.

Temos um novo bipolo saindo do Nordeste que também se encontra em desenvolvimento aqui na EPE. E mais um outro estudo de transmissão, que foi demandado pelo ministério agora recentemente, que é para conexão de carga para hidrogênio. E aí a gente pretende desenhar um sistema de transmissão que possa atender cargas da ordem de 4 GW de carga de hidrogênio em uma primeira fase.

TCU PAUTA PEDIDO DO CONGRESSO PARA ESCLARECIMENTO SOBRE ACORDOS COM A KPS E ÂMBAR NO PCS

da Agência iNFRA

Uma solicitação feita pelo Congresso Nacional de esclarecimentos sobre os acordos de solução consensual relativos aos contratos de fornecimento de energia celebrados com as empresas KPS (Karpowership do Brasil) e Âmbar Energia está na pauta do TCU (Tribunal de Contas da União) desta semana.

Os acordos com a KPS e a Âmbar, no âmbito do PCS (Procedimento Competitivo Simplificado), foram alvo de críticas do setor e incomodaram deputados, que chegaram a mobilizar a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os contratos. A iniciativa não teve continuidade.

Em novembro do ano passado, foi aprovado na CFFC (Comissão de Fiscalização Financeira e Controle) o Projeto de Lei nº 1.111, de autoria do deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), solicitando esclarecimentos ao TCU, apontando "falta de transparência" e "possíveis deficiências na negociação e gestão" dos acordos.

Outra solicitação do Congresso pautada para esta semana pede uma fiscalização sobre os apagões no centro de São Paulo (SP). A sessão plenária da corte de contas será realizada nesta quarta-feira (19), às 14h30.

Devem ser deliberados, ainda, uma representação sobre possíveis irregularidades na Eletrobras em

contratações celebradas com o escritório de advocacia Hogan Lovells; e pedido de reexame em processo de auditoria que avaliou a gestão da implantação do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

Agências reguladoras

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) realiza reunião de diretoria nesta terça-feira (18), às 9h. Na [última reunião](#), novamente, o processo que trata da regulação dos empreendimentos abrangidos pela MP (Medida Provisória) 1.212/2024 quanto à postergação dos CUST (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão), e o processo referente a pedidos de reconsideração de agentes eólicos sobre a resolução que estabeleceu as TUST (Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão) para o ciclo 2023-2024.

Também foram pautados pedido de reconsideração feito pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) sobre regras de ressarcimento por cortes de geração (curtailment ou constrained-off) de fonte solar, e pedido de cautelar da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) para análise dos impactos das perdas não técnicas dentro do ciclo tarifário de 2025.

A diretoria colegiada analisa ainda proposta de abertura de consulta pública para o aprimoramento regulatório dos serviços de distribuição em consequência da abertura do mercado para consumidores do Grupo A.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realiza reunião de diretoria nesta quinta-feira (20), às 14h. Acesse a pauta na íntegra [aqui](#).

A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) realiza reunião de diretoria hoje (17), a partir das 14h30. Acesse a pauta na íntegra [aqui](#).

Congresso

Os líderes do Senado Federal reúnem-se, nesta terça-feira (18), às 14h, para discutir a instalação das comissões permanentes da Casa, que deve ser realizada na quarta-feira (19), pela manhã. Na ocasião, também serão eleitos os presidentes e vice-presidentes dos colegiados.

Existe consenso entre os senadores sobre os comandos de quase todas as comissões, inclusive o da CI (Comissão de Serviços de Infraestrutura), que deve ser presidida pelo senador Marcos Rogério (PL-RO); da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que deve ser comandada por Otto Alencar (PSD-BA), e da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), que deve ser presidida por Renan Calheiros (MDB-AL).

Às 16h de quarta-feira (19), está prevista sessão plenária deliberativa. A pauta será definida na reunião de líderes desta terça-feira (18).

O Plenário da Câmara dos Deputados realiza sessão deliberativa extraordinária, na terça-feira (18), às 13h55. Na [última reunião](#), destaque para o [Projeto de Lei 1.212/2024](#), que prevê a suspensão da cobrança

adicional por fornecimento de energia elétrica e água durante estados de emergência ou calamidade pública.

Ainda não há data definida para o início dos trabalhos nas comissões da Câmara. Na última quinta-feira (13), o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o início dos trabalhos nos colegiados pode ficar para março.

Tribunais

O STF (Supremo Tribunal Federal) realiza sessões plenárias na _____ e na _____, às 14h. Na pauta da sessão de quinta-feira, pode ser julgada a _____, que questiona o poder delegado à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para decidir sobre a venda de blocos petrolíferos.

A Corte Especial do STJ (Superior Tribunal de Justiça) pode julgar, em sessão desta _____, às 10h, recurso em processo referente à decisão judicial que declarou ilegal portaria do MME (Ministério de Minas e Energia) que definiu valores revistos de garantia física das usinas hidrelétricas de Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana.

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) não realiza sessão de julgamento nesta semana.

DIÁRIO OFICIAL

Amazônia Legal - O presidente do CGPAL (Comitê Gestor do Pró-Amazônia Legal) prorrogou os prazos do edital de Chamamento Público 1/2024, que visa selecionar projetos para redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal. As novas datas estão disponíveis _____.

Multa - _____ da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aplica penalidade editalícia de multa em desfavor da PCH Mantovilis SPE S.A., decorrente do descumprimento do cronograma de implantação da usina, no valor de R\$ 467.415,27, correspondente a aproximadamente 1,58% do investimento declarado.

Transferência de participação - A diretoria da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) _____ pedido de cessão da totalidade da participação da Petrosynergy no Campo Fazenda Pau Brasil para a Perícia Engenharia e Construção.

AGENDA

Lula - O presidente da República embarca para o Rio de Janeiro, às 8h. No estado, realiza visita à Feira de Negócios da Indústria Naval e Offshore Brasileira, às 10h20. Em seguida, às 11h, participa da cerimônia de retomada da indústria naval e offshore brasileira. O evento ocorre no Tebig (Terminal de Angra dos Reis). Em Brasília, o presidente reúne-se, às 15h30, com os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira; da Casa Civil, Rui Costa; da Fazenda substituto, Dario Durigan; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; e o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia participa, a partir das 10h, no Tebig (Terminal de Angra dos Reis), no Rio de Janeiro, da cerimônia de retomada da Indústria Naval e Offshore brasileira no âmbito do Programa de Renovação da Frota Naval do Sistema Petrobras. No local, Silveira realiza visita ao Estaleiro BrasFELS. Em Brasília, às 15h30, Silveira reúne-se com o presidente da República, Lula, e ministros do governo.

Fernando Haddad - Na Arábia Saudita, o ministro da Fazenda participa, às 8h30, de reunião bilateral com o ministro das Finanças do país, Mohammed Al-Jadaan. Às 11h20, comparece à Conferência de Al-Ula para Economias de Mercados Emergentes, promovida pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

Retomada da indústria naval - Acontece hoje (17), às 10h, a cerimônia de retomada da Indústria Naval e Offshore brasileira, no âmbito do Programa de Renovação da Frota Naval do Sistema Petrobras. O evento acontecerá no Tebig (Terminal de Angra dos Reis), no Rio de Janeiro, e conta com a participação do presidente da República, Lula, dos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), além dos presidentes da Petrobras, Magda Chambriard, e da Transpetro, Sérgio Bacci. Mais informações [neste link](#).

Eventos climáticos extremos - A Abradee (Associação de Distribuidores de Energia Elétrica) e o escritório Souto Correa Advogados promovem, às 9h, evento para discutir aprimoramentos regulatórios para uma infraestrutura resiliente e eventos climáticos extremos. A programação ocorre em Porto Alegre (RS), e conta com a participação do governador do estado, Eduardo Leite. Além disso, será apresentada a pesquisa "Melhores Práticas para o Segmento de Energia Elétrica em face de Eventos Climáticos Extremos", em desenvolvimento pela Abradee juntamente com grupos econômicos de distribuidoras. Não há previsão de transmissão.

Plano de gasodutos de transporte - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) realiza, às 9h, o lançamento da quarta edição do PIG (Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte) e a apresentação do Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano. O

evento, que acontece na sede da empresa, abordará estratégias e alternativas para a expansão da infraestrutura do setor. Acompanhe a transmissão [neste link](#).

Teleconferência Raízen - A Raízen realiza, às 9h30, teleconferência de apresentação dos resultados do 3º trimestre do ano-safra 2024'25. Acompanhe a transmissão [neste link](#).



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Câmara dos Deputados

- **Suspende adicionais nas contas de água e luz nos casos de emergência ou calamidade pública:** O deputado Icaro de Valmir (PL-SE) foi designado relator da proposta em plenário.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Senado Federal

- Requer informações ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre denúncias quanto à forma de destinação de recursos da Itaipu Binacional após a quitação de sua dívida de construção.

Câmara dos Deputados

- Requer do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informações acerca da aplicação e cobrança de multas em nome de empresas mineradoras, pela ANM.



Investimentos da Vale - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, na última sexta-feira (14), ao lado do presidente Lula, do anúncio do Programa Novo Carajás, que prevê R\$ 70 bilhões em investimentos da Vale até 2030 no Pará. O projeto fortalece a produção de minério de ferro e cobre, importantes para a transição energética. Na ocasião, Silveira destacou o potencial

mineral do Brasil e o objetivo do governo de dobrar a participação do setor no PIB (Produto Interno Bruto). Mais informações [neste link](#).

Reunião MME e Irena - Representantes do MME (Ministério de Minas e Energia) reuniram-se com Francesco La Camera, diretor da Irena (Agência Internacional de Energia Renovável), com o objetivo de fortalecer parcerias e discutir investimentos para acelerar a transição energética no Brasil. O debate abordou temas como etanol, biodiesel, biogás, hidrogênio, energias renováveis e impactos nos consumidores. Saiba mais [neste link](#).

Previsão de carga - A projeção da carga no SIN (Sistema Interligado Nacional) é de crescimento de 5,8% até o fim de fevereiro. Segundo boletim do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), referente à semana operativa de 15 a 21 de fevereiro, o subsistema Sul deve ter alta de 8,6%, com 16.909 MWmed (megawatts-médios). O Sudeste/Centro-Oeste deve crescer 6,4%, com 50.050 MWmed, e o Norte deve apresentar crescimento de 4%, com 7.660 MWmed. Já o Nordeste deve crescer 1,5%, com 13.494 MWmed.

Custo da operação - De acordo com o boletim do ONS, o CMO (Custo Marginal de Operação) está zerado no Nordeste e Norte. Já no Sudeste/Centro-Oeste e Sul está em R\$ 124,80. A íntegra do relatório está disponível [neste link](#).

Reservatórios e afluentes - Ainda de acordo com o ONS, as afluentes da região Norte devem chegar a 111% da MLT (Média de Longo Termo) até o fim de fevereiro. No Nordeste, a estimativa é de que cheguem a 90%. Para o Sudeste/Centro-Oeste, as afluentes devem chegar a 84%, e para o Sul, a 81% da MLT. O volume dos reservatórios deve chegar ao fim do mês com capacidade de 96% no Norte; 81% no Nordeste; 70,5% no Sudeste/Centro-Oeste; e 50,4% no Sul.

Diretoria da Raízen - A Raízen [informou](#) que, a partir de 1º de abril de 2025, Geovane Dilkin Consul assumirá a vice-presidência de Etanol, Açúcar e Bioenergia, substituindo Francis Vernon Queen Neto, que terá uma nova função na empresa.

Resultados 3T24'25 - A Raízen divulgou, na última sexta-feira (14), os resultados do [3º trimestre do ano-safra 2024'25](#). A companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 2 bilhões. No mesmo período anterior (2023'24), houve lucro de R\$ 793 milhões.

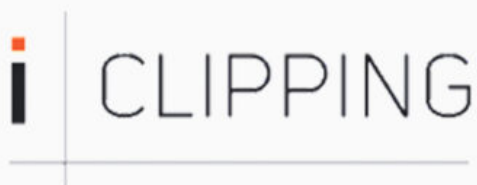
Venda conjunta - A Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) informou, na última sexta-feira (14), que seu Conselho de Administração aprovou a venda de sua participação na EDP Transmissão Aliança SC, exercendo o direito de tag along (venda conjunta). A operação ainda espera aprovações regulatórias. Mais informações [neste link](#).

Sustentabilidade - A Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) foi selecionada para ingressar na lista do CDP Climate Change 2024. A companhia também foi reconhecida no Prêmio Global de Sustentabilidade da Standard & Poor's por práticas sustentáveis e de governança corporativa. Mais informações [neste link](#).

Venda de combustíveis - Em 2024, o Brasil comercializou 133,1 bilhões de litros de combustíveis automotivos. A gasolina C teve 44,19 bilhões de litros, com queda de 4% em relação a 2023. O etanol hidratado teve 21,66 bilhões de litros, um aumento de 33,4%. O diesel B registrou 67,25 bilhões de litros, com crescimento de 2,6%. Os dados foram divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Saiba mais [neste link](#).

Investimentos - Entre 2025 e 2029, a fase de produção dos contratos de exploração de petróleo e gás natural no Brasil deve receber R\$ 609 bilhões em investimentos, sendo R\$ 140 bilhões apenas neste ano. A produção média estimada para o período é de 4,28 milhões de barris de petróleo por dia e 221 milhões de metros cúbicos de gás natural. As projeções são da ANP. Confira a íntegra [neste link](#).

Produção de óleo e gás - A ANP autorizou, na última sexta-feira (14), o início da produção do FPSO Almirante Tamandaré no Campo de Búzios, na Bacia de Santos. A unidade, a maior já instalada no Brasil, tem capacidade para produzir 225 mil barris de óleo por dia e 12 milhões de metros cúbicos de gás diariamente. Mais informações [neste link](#).



Possibilidade de sobrecarga põe sistema em alerta e exige mais investimentos, segundo ONS. (Valor)

De acordo com o levantamento, foram 51 negócios do tipo; sócia da consultoria prevê que 2025 não será diferente. (Estadão)

Aumento de R\$ 20 bi ao ano equivale a custo durante crise hídrica, só que por décadas, aponta estudo da Frente Nacional dos Consumidores de Energia. (Folha de S. Paulo)

Existem 188 empresas no modelo solar e 138 no mercado eólico em condições de fornecer produtos e equipamentos para instalação de usinas e parques. (Valor)

Adoção de metas de redução de emissões estimula novos investimentos. (Valor)

Venda de IRECs mais que dobraram no Brasil de 2022 a 2024. (Valor)

Queima produz eletricidade, e gás emitido pode ser capturado para uso industrial. (Valor)

Painéis fotovoltaicos no lugar de geradores garantem eletricidade para a produção local. (Valor)

Defender combustível fóssil contradiz pose de estadista verde na COP30. (Folha de S. Paulo - Marcelo Leite)

Trata-se da falácia da causa única, como se a única maneira de garantir financiamento para a transição energética fosse o petróleo. Não existiria nada além, nenhum plano alternativo. (O Globo - Natalia Pasternak)

Estatál iniciou operação de unidade com capacidade para produzir 225 mil barris por dia no pré-sal (Folha de S. Paulo, domingo)

Conselho formado por diversos ministros deverá examinar, na próxima terça-feira, decisão sobre prosseguir ou não com construção bilionária. (O Globo, sábado)

Não há país que, tendo o óleo à disposição, deixe de explorá-lo, mesmo que esteja engajado em compromissos climáticos. (Opinião Carlos Alberto Sardenberg - O Globo, sábado)

Presidente vem defendendo publicamente que o Ibama dê aval para a análise da viabilidade da prospecção na região. (O Globo, sábado)

Em público, presidente afaga titular do Meio Ambiente, mas os dois vêm manifestando visões distintas quanto à exploração da margem equatorial. (Folha de S.Paulo, sábado)

Presidente afirmou que, com a chegada da nova gestão da empresa, não haverá mais ruídos entre governo e a mineradora. (O Globo, sábado)

Diretor-presidente de associação da indústria de cana-de-açúcar afirma que medida reflete descompromisso com descarbonização. (Folha de S.Paulo, sábado)

Exportação só ocorre quando há acúmulo de excedentes nos reservatórios que não podem ser aproveitados pelo sistema brasileiro. (Folha de S.Paulo, sábado)

Transição do setor de energia está em curso, mas não de forma a atingir metas traçadas quanto ao clima e aquecimento. (Opinião Adriano Pires - Estadão, sábado)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

